

Política econômica e crises cambiais:

A gestão financeira do Império do Brasil nos primórdios do padrão-ouro (1846-1858).

José Tadeu de Almeida

Doutorando em História Econômica pela FFLCH-USP

josetadeu_almeida@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como meta resgatar alguns aspectos relacionados à gestão da estrutura macroeconômica brasileira, notoriamente no que diz respeito às políticas monetária e cambial, no chamado Segundo Império (1840-1889), principalmente no período compreendido entre os anos de 1846 e 1858. Neste momento, verifica-se uma aparente hegemonia dos quadros filiados ao Partido Conservador, capazes de liderar um movimento de aproximação com membros mais moderados do Partido Liberal, denominado Movimento da Conciliação, como forma de engendrar a formação de governos de coalizão, reduzir o espaço de opinião de dissidências político-partidárias, e garantir a aprovação de projetos favoráveis ao progresso nacional. A política econômica deste período, portanto, desenvolveu-se em sua maior parte sob a égide dos conservadores, cujo foco incidia constantemente sobre o equilíbrio orçamentário e pela manutenção da valorização da taxa de câmbio, como forma de evitar o recurso da emissão de moeda para sanear os gastos públicos.

Busca-se, nesta linha, entender este modelo de natureza conservadora de gestão da coisa pública, a partir da inserção de natureza periférica ao modelo de paridade cambial corporificado no padrão ouro-libra, então vigente, elucidando também a vulnerabilidade do sistema monetário brasileiro no século XIX.

Palavras-chaves: História Econômica; Partido Conservador; Padrão Ouro-libra; Movimento da Conciliação.

Abstract

This work concerns Brazil's public finance, specifically monetary policy and the exchange rate, during the Second Empire (1840-1889), focusing on the period 1846 to 1858. At that time, the Conservative Party enjoyed an apparent hegemony, co-opting moderate Liberals into "Conciliation" governments, reducing the political space of dissidents, and securing approval of projects conducive to national progress. The economic policy of this period, therefore, developed mostly under the aegis of the Conservatives, whose objectives were balancing the budget and sustaining the exchange rate as a means to avoid recourse to the issuing of currency.

We seek to understand this conservative model of public administration which sought to insert a peripheral economy into the gold standard. The vulnerability of the Brazilian monetary system made this task challenging.

Key words: Economic History, Conservative Party, Gold Standard-pound; Reconciliation Movement.

O presente trabalho tem por objetivo principal realizar uma discussão sobre uma determinada parte do período da história brasileira conhecido como Segundo Império, qual seja, entre os anos de 1846 e 1858. Mais que isso, pretendemos também fazer uma análise da política cambial realizada pelas autoridades responsáveis pela gestão dos negócios do Império ao longo deste recorte temporal, dominado pelo grupo político denominado Partido Conservador.

Este partido foi responsável, nesta época, pela consecução de um movimento de progressiva acomodação de diferentes grupos políticos – dissidentes internos e membros do Partido Liberal, que lhe fazia oposição no âmbito do Poder Legislativo – à máquina pública, como forma de garantir maioria segura na aprovação das diretrizes do Poder Executivo, bem como de evitar a possível desagregação do território nacional em decorrência das sucessivas revoltas ocorridas em diferentes províncias ao longo do período da Regência. Ficaria este movimento conhecido como Movimento da Conciliação, sendo o mesmo corporificado nos diferentes grupos de ministros que assumiram a condução dos interesses do Estado Nacional, sob a égide do Partido Conservador, na década de 1850.

Busca-se também, de maneira especial, estudar a conexão existente entre a dinâmica cíclica dos fluxos de investimento em escala global, e os períodos de depressão e ‘pânicos financeiros’ observados no período, principalmente no ano de 1857. Pretende-se, assim, avaliar as consequências da integração financeira das praças internacionais e das políticas cambiais empreendidas sobre o desenvolvimento do mercado financeiro nacional no período.

Em paralelo a esta discussão, o estudo da história monetária no século XIX, em que pese

o fato de que ele leve em conta a configuração político-partidária do Império, também deve ter em consideração a vigência do sistema internacional de paridades que vigorou até a Primeira Guerra Mundial sob uma única roupagem: o padrão-ouro.

Tendo sido o Brasil um dos primeiros países a adotar o modelo, através da Lei nº. 401, de 11 de Setembro de 1846, com a paridade estabelecida para 27 pence a cada um mil-réis (1\$000), observar-se-á nos anos seguintes o sucessivo esforço das autoridades monetárias no sentido de manter a taxa estável em conjunturas de crise. A título de exemplo, durante os primeiros dias do pânico de 1857, a taxa caiu da paridade de 27 pence para 26, e por fim 25,5 pence para cada mil-réis; neste momento, o Banco do Brasil, visualizando a desvalorização progressiva¹ da moeda nacional, suspende as operações de troca de notas de mil-réis por ouro e libras.

Busca-se assim entender a questão do padrão-ouro no Brasil não apenas enquanto instrumento de transação e câmbio com as economias centrais, mas também como uma instituição característica de um momento histórico, de acordo com a abordagem realizada por Barry Eichengreen (2000), para o qual toda a prioridade governamental está vinculada à manutenção de reservas de ouro que fizessem frente às taxas de paridade exigidas pelo padrão vigente.

A ‘atração metalista’ associada à manutenção destes estoques, segundo o autor, poderá engendrar crises no sistema monetário nacional, que têm como resultados o esgotamento rápido

¹ Utilizando o processo inglês (*up is up*) para avaliação da taxa de câmbio, tem-se que para o agente nacional, uma elevação da quantidade de moeda estrangeira necessária para adquirir uma quantidade fixa de moeda nacional indica a apreciação da moeda nacional; por outro lado, a redução do preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira evidencia uma desvalorização da moeda nacional. Em termos práticos, a passagem do mil réis de 27 para 25,5 pence mostra que um volume menor da moeda inglesa compra a mesma quantidade da moeda brasileira, evidenciando a desvalorização do mil-réis.

das reservas internacionais e pressões cada vez maiores para a desvalorização da taxa de câmbio corrente.

Nossa abordagem contempla, portanto, um contexto de relativa fragilidade do sistema financeiro brasileiro, aliada ao intenso movimento especulativo ocorrido na América do Norte e à diminuição do fluxo de empréstimos (em especial vindos de casas bancárias inglesas) para os países latino-americanos, em meados do século XIX.

Havendo delimitado o espaço geral do trabalho, portanto, será possível depreender nossa hipótese primordial, que reside em torno da idéia de que, em que pese o fato de liberais e conservadores demonstrarem poucas diferenças no que diz respeito à gestão da máquina pública, as autoridades monetárias, então membros ativos do Partido Conservador (salvo para o caso de Bernardo de Sousa Franco, em 1857, que era membro do Partido Liberal), no período em análise, tinham como principal foco, mais que a preservação de estruturas ditas arcaicas de dominação, a necessidade premente de construção e sustentação do espaço nacional.

E, como decorrência de tal hipótese, pode-se também pensar em um desdobramento, uma hipótese paralela, qual seja, a existência de contradições no campo econômico, configuradas sob a tensão existente entre a necessidade de expansão dos negócios internos (o que levaria ao aumento da cessão de créditos e da atividade da emissão, mesmo em escala regional) e a necessidade de legitimidade internacional para o regime de paridade proposto, o do padrão-ouro (o que implica, necessariamente, na defesa do valor do mil-réis e na restrição à livre emissão).

À guisa de justificativa para a tessitura deste trabalho, pode-se perceber que o estudo da

correlação entre a ação política e a política econômica do Império, vis-a-vis as conjunturas de instabilidade nas esferas monetária e cambial, é pouco realizado em função de sua especificidade: afetando a economia nacional e o seu desenvolvimento (tema voltado para os que desejam compreender a formação econômica do Brasil), boa parte dos condicionantes destes momentos de instabilidade – em outras palavras, destas crises – possui natureza externa, que se verifica seja através de pressões sobre o câmbio, ou por diminuições dos fluxos de empréstimo, o que faz destes processos de crise um campo de estudo também para a área de Economia Internacional.

Portanto, a consideração destes momentos de fragilidade – e mesmo de dependência – para o sistema financeiro nacional deve levar em conta tanto os aspectos internos quanto os externos, o que não é realizado em boa parte da literatura. A relativamente limitada disponibilidade de maiores reflexões dentro deste período da História Econômica brasileira, assim, condiciona a possibilidade de estudá-lo em detalhe.

Para a realização da reflexão proposta, que perpassa a análise da política econômica do Império Brasileiro na década de 1850 em paralelo ao momentum político hegemônico do Partido Conservador, é de suma importância a definição de uma estratégia metodológica para a devida consecução e compreensão dos temas.

Para levar a cabo esta tarefa, na primeira parte deste estudo realizamos um processo de localização temporal e teórica dos temas em discussão: Buscar-se-á, pelo campo econômico, efetuar uma análise a respeito da política cambial quando da implementação do padrão ouro-libra, vigente durante o século XIX, bem como sobre sua importância para a consolidação das finanças da nação, e o fato de também condicionar, em parte, o movimento de fragilidade financeira na

economia brasileira do período.

No segundo tópico, enfatizaremos a ação no plano macroeconômico dos gabinetes do Conselho de Ministros compreendidos entre 1853 e 1858. Verificar-se-ão as medidas tomadas na gestão macroeconômica, com especial ênfase sobre a formação de um sistema bancário nacional, apoiado sobre a emissão de moeda, com vistas à reprodução contínua dos complexos econômicos nacionais, porém mais que isso, para a aceleração da atividade especulativa, em especial sobre a praça do Rio de Janeiro.

Verificaremos ainda alguns episódios de crise no padrão-ouro nacional, com destaque para o ‘pânico financeiro’ de 1857. Visamos à explicação da referida crise, seus condicionantes e a orientação dos gestores da política macroeconômica – sejam liberais ou conservadores – no sentido de fazer-lhe frente. Por fim, seguir-se-ão algumas considerações finais, em caráter conclusivo.

1. Notas sobre o advento do Padrão-Ouro e estrutura financeira do Império do Brasil (1822-1862)

No campo econômico, a análise aqui proposta reside em efetuar explanações a respeito da dinâmica das políticas monetária e cambial no Segundo Reinado: É importante, nesta linha, ter em mente que toda a condução da política governamental – principalmente no campo monetário, que constitui o foco desta análise – se embasava nos moldes do sistema de transações e paridade internacional de moedas conhecido como o Padrão-Ouro.

Ao longo deste tópico, portanto, pretendemos fornecer um pano de fundo para a compreensão das ações de política econômica ao longo dos ‘gabinetes da Conciliação’; em outras pa-

lavras, buscamos efetuar algumas considerações a respeito da dinâmica da economia brasileira no Segundo Império, com especial ênfase à dimensão cambial e à adesão da economia brasileira ao sistema do padrão-ouro, a partir de 1846.

Qualquer abordagem a respeito da implementação do padrão-ouro em terras brasileiras deverá levar em consideração, primordialmente, o fato de que ao longo do século XIX percebe-se um claro compromisso das economias ocidentais no sentido de que se mantenham taxas de câmbio estáveis.

Tal estabilidade neste indicador era necessária à manutenção de políticas comercial e financeira que fossem adequadas, no sentido da minimização do risco e manutenção de um horizonte decisório favorável, aos agentes e investidores nacionais (MILWARD, 1996, 87). O sucesso na implementação do sistema, portanto, residiria em torno da capacidade destes países em manter a paridade cambial (sem corrigi-la através de intervenções e outras medidas de natureza discricionária, se possível) a fim de que se mantenha a estabilidade do padrão em escala supranacional.

De qualquer forma, faz-se necessário ter em mente que tal sistema monetário, gerido no âmbito internacional, visava, sobretudo, salvaguardar interesses dos grandes credores (notoriamente as casas bancárias inglesas) no sentido de manter ativa a solvência das diversas economias no que diz respeito ao estoque de suas dívidas.

Estes interesses condicionam, em grande medida, a execução de políticas monetárias, fiscais e cambiais de cunho ortodoxo, abrindo espaço para a emergência, a partir da Inglaterra, do sistema do padrão-ouro. Entender, ainda que de forma sintética, a metodologia adotada por estas economias, centrais e periféricas, para

a operação do sistema supracitado, bem como as assimetrias que permeiam os países exportadores e importadores de capitais, são alguns dos objetivos deste tópico.

1.1.O advento do padrão-ouro no século XIX

No ocaso do século XVIII, o sistema monetário europeu começa a consolidar um processo de profundas transformações. O ouro e a prata, que já possuíam o status de serem os principais meios de troca na economia internacional, vão se tornando a base para um sistema bimetalico.

Ainda que o padrão estipulado fosse sensível às crises (que ocorreram em profusão ao longo do século XIX), alterando as relações médias entre preços, tem-se que ele foi a referência para as trocas entre países até o advento da Primeira Guerra Mundial, com duração efêmera após o término do conflito. Pretende-se assim estudar a progressiva adoção do ouro como referencial de riqueza e meio de circulação na economia mundial no século XIX, e a difusão do padrão de trocas daí derivado.

A partir das décadas de 1840-50, o modelo bimetalista² evidenciado em algumas das economias ocidentais, tais como a França, começa a entrar em declínio. A descoberta de grandes reservas de ouro na Califórnia e na Austrália, associada ao ato do Banco da Inglaterra já em 1816 (Coinage Act), adotando o referido metal como referência para as transações financeiras são, conjuntamente, o marco inicial da expansão do padrão-ouro e da conversibilidade de moedas nas praças européias (comandadas por Londres e Paris) e, a posteriori, sobre grande parte das eco-

nomias ocidentais. (HAWTREY, 1947, 70-78).³

A respeito da formação do padrão, e da defesa permanente da conversão plena de moedas, afirma Barry Eichengreen:

A pedra fundamental do padrão-ouro no período anterior à guerra foi a prioridade atribuída pelos governos à manutenção da conversibilidade. Nos países situados no centro do sistema – Grã-Bretanha, França e Alemanha – não havia dúvida de que as autoridades fariam, em última instância, o que fosse necessário para defender a reserva de ouro de seus bancos centrais e manter a conversibilidade da moeda (...) outras considerações poderiam, no máximo, influenciar a escolha do momento em que as autoridades deveriam agir (EICHENGREEN, 2000, 57).

É importante ter em conta, porém que o sistema não era imune a falhas: no século XIX observaram-se vários períodos de crise, em especial sobre as praças européias⁴; fatores como o recrudescimento da inflação e déficits comerciais levavam, eventualmente, as diferentes economias a um processo crise, na defesa desesperada da paridade entre o ouro e suas respectivas moedas locais.

As necessidades e premissas que orientam a adoção de um padrão de trocas lastreado sobre o ouro por parte de diversos países no século XIX, em boa parte, estão ligadas a três questões principais, quais sejam:

1) A demanda por uma conversibilidade das moedas nacionais em ouro. Enquanto equivalente universal para trocas, o ouro será o meio pelo qual as moedas nacionais, de curso forçado e circulação limitada, serão utilizadas

2 Ao longo dos séculos, o ouro e a prata foram utilizados como determinadores comuns das trocas e da mensuração do valor do dinheiro; em que pese o fato do ouro ser negociado em valores bastante superiores aos da prata (eventualmente, no caso brasileiro após 1846, na razão de 15,625 moedas de prata para cada uma de ouro em circulação corrente).

3 Deve-se ter em conta, ainda, que o período entre 1848 e 1871 é permeado por uma série de revoluções armadas na Europa, o que obriga algumas economias, por vezes, a utilizar mais intensamente o papel-moeda a fim de sustentar o *warfare* relacionado a estas convulsões sociais – papel que, obviamente, era sujeito à depreciação

4 Dornbrusch e Frenkel citam oito grandes crises: 1825, 1836-39, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882 e 1890 (DORNBRUSCH & FRENKEL, in BORDO & SCHWARTZ (1982), p.234.)

para mensurar um poder de compra e viabilizar o comércio.

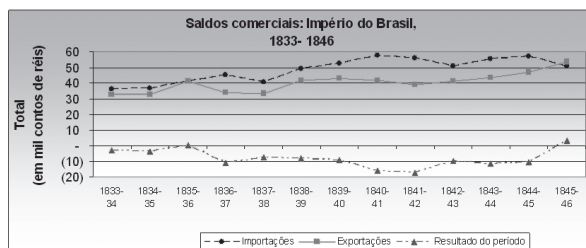
2) A liberdade para um fluxo internacional de ouro, a fim de equilibrar o balanço de pagamentos, com superávits/déficits na conta de capitais entre países. As transferências internacionais do metal, ao menos no plano teórico, seriam a forma de corrigir eventuais desequilíbrios.

3) A formulação de um arcabouço de regras que pudessem orientar, novamente em teoria, a quantidade de moeda em circulação em uma economia nacional, em relação ao estoque de ouro neste país⁵. Considerando que o século XIX é permeado por grandes ondas de empréstimos internacionais, nos quais as casas bancárias inglesas registram grande participação (PETTIS, 2001)⁶, torna-se necessário o uso de instrumentos que permitam aos credores exercer uma vigilância sobre os tomadores de empréstimo, e tomar as devidas precauções em caso de risco de solvência.

O ingresso da economia brasileira ao regime do padrão-ouro, ocorrido em 1846, deve ser entendido no contexto de uma debilidade orgânica da economia nacional, que impunha ao Tesouro nacional uma reforma econômica que visasse fortalecer os seus estoques em moeda metálica.

Tal debilidade pode ser observada, portanto a partir da década de 1830. Ainda que o café já começasse a render dividendos à economia, ainda não se havia evidenciado surtos de exportação do produto que pudessem acelerar o crescimento nacional⁷. A progressiva diminui-

ção do ingresso de metais preciosos no 'sistema econômico' através da mineração em jazidas, e a forte concorrência internacional em gêneros primários, como a cana-de-açúcar⁸, contribuem para uma estagnação das exportações que, junto com o aumento das importações de produtos, gera evasão de capitais em moeda metálica. O Gráfico 01 ilustra a tendência:



Fonte: CALÓGERAS (1960), p.63.

Já durante a década de 1830, o governo imperial procedia, em intervalos incertos, a processos de retirada de moeda da circulação nacional, com o intuito de manter a taxa de câmbio no patamar estabelecido desde 1833. Mais que isso, porém, tal processo de renovação dos haveres de moeda em poder do público se dava também em função do crescente contrabando de moedas falsificadas, principalmente as de cobre, conhecidas pela alcunha de xenxém. (GREMAUD, 1997, 83-4)

Este fato contribuía sensivelmente para a deterioração do meio circulante, principalmente nas províncias do Norte, onde a escassez de vias de comunicação com a Corte estimulava o surgimento de oficinas de cunhagem de moedas falsas (MONT'ALEGRE, 1972, 89) ⁹. Não obstante

mente.

8 A este respeito, afirma Raymundo Faoro: "O açúcar de beterraba, introduzido no mercado mundial durante as guerras napoleônicas, precipita o Nordeste na crise de onde não mais saíria, senão para transitórias melhorias". FAORO (1975), p.325.

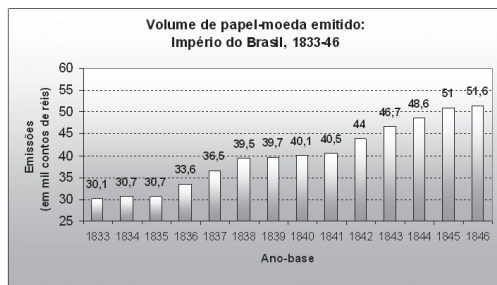
9 O autor faz referência, inclusive, à origem externa dos principais falsificadores, que eram, em grande parte, norte-americanos. A imprensa de Nova York denunciava o fato em 1835: "NOTÍCIA IMPORTANTE PARA O COMÉRCIO DO BRASIL - É bem sabido que uma grande quantidade de moeda contrafeita e falsificada é manufaturada nesta cidade e subúrbios, a qual é mandada para os diferentes Estados da América do Sul, e ali passa como genuína por via dos que nelas trafegam fraudulentamente".

5 As variações no nível de reservas se davam a partir da formação de certificados de depósitos bancários denominados nas principais moedas do sistema; transferências reais, com embarque de moeda metálica, se davam, via de regra, em momentos de crise generalizada.

6 A partir dos dados dispostos em Ónody (1960), verificamos que os empréstimos estrangeiros contraídos pelo Império do Brasil, que fazem parte do principal recorte temporal deste trabalho, se deram nos anos de 1852, 1858, 1859 e 1860.

7 Este movimento seria visível a partir da década de 1850, notoria-

este processo de mudança sobre o meio circulante interno, a oferta de papel-moeda¹⁰ aumentou gradativamente durante o período; a taxa de crescimento do volume emitido girava em torno de 4,2% ao ano. Estes dados estão elencados no Gráfico 02:



Fonte: IBGE (1987), p. 481.

Em 1846, a fim de estancar a saída de capitais e fornecer maior estabilidade à moeda nacional, é sancionada a Lei nº. 401, em 11 de Setembro. Ela fixa a razão de paridade a 27 pençe, em ouro, a cada mil-réis. Da mesma forma, o artigo segundo da Lei determinava que o Governo Imperial estava autorizado a recolher papel-moeda na quantidade que julgasse necessária, com o intuito de manter a valorização da moeda nacional. A razão entre a prata e o ouro ficou estabelecida, a partir de 1847, no valor de 15,625¹¹.

Tais medidas colaborariam no sentido de tornar uniforme o sistema monetário nacional (dando menos ênfase à prata e aos outros metais na cunhagem e circulação de moedas). Poder-se-

ia assim, na abordagem de Hugon, gerar bases para a retomada do desenvolvimento na segunda metade do século XIX, notoriamente sob a égide da ‘economia do café’ (HUGON, 1978, 145).

E, mais que isto, a uniformidade do sistema monetário abre espaço, seguramente, para a melhoria dos negócios em âmbito interno, retirando moedas estrangeiras da circulação cotidiana e contribuindo para a própria unificação da nação – um dos projetos primordiais dos gestores da política monetária, conforme depreendemos ao longo desta análise.

Torna-se conveniente citar, ainda, que para o caso do Império, vigoravam interesses distintos no que diz respeito aos principais focos da circulação monetária, a partir do porte – e da demanda por meio circulante – dos diferentes complexos produtivos em escala regional. Seguramente, tais complexos demandavam capital de giro para a manutenção de suas atividades, sendo que este capital era obtido junto a agentes particulares (tais como os comissários do café, nas casas comerciais paulistas), ou junto a bancos privados de médio e grande porte; contudo, neste trabalho, por apego à brevidade – e com o sacrifício imposto à justificável necessidade de uma análise mais ampla – procuramos enfatizar a demanda por moeda apenas nos espaços ao redor da Corte, onde se concentrava a vida financeira do Império.

A partir do referencial teórico-analítico proposto acima, é possível ter em conta que o sistema do Padrão-Ouro experimenta grande expansão ao longo do século XIX por conta de uma necessidade de estabilização monetária nas economias ocidentais, favorecendo o incremento do comércio internacional. A defesa da paridade, porém, poderá ser vista a partir de diferentes ângulos, conquanto verificamos que há um interesse nítido dos credores internacionais, alocados

¹⁰ Neste momento, faz-se mister realizar uma pequena pausa com fins didáticos: quando utilizamos o termo ‘papel-moeda’, estamos fazendo referência à moeda na forma de dinheiro/certificados de depósito cujo lastro era inferior a 100%, ou seja, à moeda criada através dos mecanismos de emissão dos bancos e do chamado multiplicador bancário, sobretudo para sanar a escassez de moeda puramente metálica. Trata-se de um termo com significado diferente de ‘moeda-papel’, que configura certificados de depósito emitidos pelos bancos e outras casas de custódia com lastro de 100%, ou seja, com resgate total, e garantia plena de conversibilidade de ouro, não havendo assim a criação de moeda fiduciária; tal sistema seria aquele mais compatível com os preceitos de plena conversibilidade pregados pelo modelo do padrão-ouro. Para maiores detalhes a respeito, ver FERNANDES (2001), pp.80-81.

¹¹ Em ato sancionado em 1849, o governo brasileiro restringiu o lançamento adicional de moedas de prata na economia, ao proibir as operações governamentais com o referido metal com valores superiores a vinte mil-réis (VIANA, p.308).

no eixo da grande onda de empréstimos da década de 1840, em especial, em manter a solvência das economias que haviam contraído empréstimos durante o boom de capitais.

Por outro lado, o sistema de padrão-ouro tem sua relevância no sentido de gerar uma solidariedade mecânica entre as diversas economias (EICHENGREEN, 2002, 60). À medida que um país elevasse suas taxas de redesconto para estancar a fuga de capitais, ter-se-ia como presumida uma reação semelhante por parte de outros bancos centrais, que elevariam suas taxas, reequilibrando o sistema.

A política econômica destes países, ainda que seja um tanto quanto ousado afirmar que tenha sido ‘harmoniosa’, visava não só defender a paridade de suas moedas, bem como evitar desequilíbrios no balanço de pagamentos que conduzissem ao endividamento excessivo frente ao nível de produto interno.

O Padrão-Ouro poderá ser entendido, ainda, enquanto um instrumento de compromisso entre as diversas economias: ainda que aquelas que se encontrassem em situação dita ‘periférica’ fossem obrigadas, de forma rotineira, a reverem ou suspenderem suas metas de paridade-ouro, o sistema foi mantido em alguns países-chave, notoriamente a Inglaterra, por quase um século.

2. Afirmação conservadora e política econômica: Os gabinetes da Conciliação – 1853-58

Nesta parte da pesquisa, pretendemos estudar em detalhe à gestão dos negócios do Império do Brasil, através dos sucessivos Gabinetes do Conselho de Ministros, compreendidos entre 1853 e 1858, *pari passu* à análise da atuação dos responsáveis pelo Ministério da Fazenda no mesmo período.

A clivagem temporal estabelecida para a presente discussão se deve a dois fatores principais, quais sejam: Primeiramente, trata-se de um momento histórico no qual percebe-se uma hegemonia do Partido Conservador na liderança dos Gabinetes do Império, encetando a política de conciliação com os membros do Partido Liberal, possibilitando verificar com maior acurácia o direcionamento do Partido em questões de política econômica.

Da mesma forma, o ‘pânico financeiro’ evidenciado nas praças européias e americanas, em 1857, implicou em uma séria desorganização das finanças imperiais, dada a necessidade de elevação dos limites para a emissão de moeda a fim de saciar a demanda dos agentes pelo meio circulante, frente ao risco de múltiplas falências bancárias, tal como realmente se verificou. A partir de 1858-59, porém, a rígida condução da política monetária, impondo restrições progressivas à emissão, marcará um ponto de inflexão da política econômica do Segundo Reinado.

Será na década de 1850, ainda, que se registrará um grande incremento da atividade bancária, haja visto a reestruturação do sistema monetário brasileiro proposta com a Lei de 1846 e a fixação da paridade do mil-réis. No eixo deste novo arranjo institucional, surgem diversas casas bancárias de caráter emissorista, estimulando a tomada de créditos para o sistema produtivo (TRIGUEIROS, 1987, 85-90).

Dentre estes bancos, faz-se mister citar alguns, de atuação mais destacada no período, quais sejam:

Banco do Brasil: este banco, fundado a partir de iniciativa do Visconde de Mauá em 1851, teve seus estatutos aprovados em 2 de julho do mesmo ano, através do Decreto nº. 801. Configurava uma instituição de caráter privado,

com capital de 10.000:000\$000 (dez mil contos de réis), e capacidade de emitir vales de valor superior a 200 mil réis, mas com o limite de emissão de até um terço do capital efetivo da casa bancária. Experimentando desde o início de seus trabalhos um processo de expansão rápida, o banco estabeleceu Caixas Filiais em São Paulo e no Rio Grande do Sul. (PIRES DO RIO, 1947; KUNIOCHI, 2005, 75)

Banco Comercial do Maranhão: teve seus estatutos aprovados em 1849, com autorização de emissão de vales de até 100\$000.

Banco Comercial da Bahia: fundado por decreto a 13 de novembro de 1845 (portanto, ainda sob a égide dos liberais no Poder Executivo), foi autorizado a emitir vales no valor de até 100\$000, até o limite de 50% do capital efetivo da casa bancária.

Com as mesmas características do Banco Comercial da Bahia no que alude ao montante de emissão de vales e à formação de reservas compulsórias, têm-se:

Banco de Pernambuco: fundado em 22 de Dezembro de 1851;

Banco Comercial do Pará: aprovado por decreto em 5 de Janeiro de 1853;

Há que se ter em conta, porém, que os Bancos do Maranhão e do Pará não chegaram a funcionar. Estes seriam convertidos em Caixas Filiais do terceiro Banco do Brasil, no processo de unificação do sistema bancário de 1853, liderado pelo Visconde de Itaboraí, então Ministro da Fazenda e também presidente do Conselho de Ministros.

Com base em tais informações, é possível perceber que a atividade bancária em âmbito nacional apresentará expansão significativa

no contexto da década de 1850. A evolução da política monetária, através do compromisso da manutenção da paridade cambial, aliada a um aparato institucional favorável, capaz de facultar aos bancos supracitados, e a outros de menor expressividade, bem como à capacidade emissora de títulos resgatáveis (ainda que se restabeleça o monopólio ao Banco do Brasil em determinados períodos), e ainda ao aumento significativo da demanda por créditos para a realização de inversões no sistema produtivo nacional, de caráter eminentemente agrícola, condicionam significativas oportunidades de realização de lucros no mercado brasileiro.

Assim sendo, é inegável que estas oportunidades favoreceram uma possível dinâmica especulativa e viabilizaram, conseqüentemente, o surgimento de diversas casas bancárias. Esta lógica, é importante frisar, contraria o movimento de concentração do sistema bancário visível no ambiente europeu, no qual alguns países passam a unificar seus sistemas na órbita nacional (como a Bélgica e, em menor vulto, a França) a fim de torná-lo menos vulnerável a crises.

A lógica de emissão de títulos nestes países, em relação ao total do fundo disponível, também é mais prudente: em 1857, no auge da crise, os bancos franceses são autorizados a fornecer créditos até o limite de 100% de suas reservas; no Brasil, como exemplo, esta razão alcançou os 300%¹².

Pelo lado do comércio, porém, esta situação, a ampliação do crédito, também seria passível de verificação: o rápido incremento das quantidades exportadas a partir de 1849, notoriamente de commodities, impulsionou a tomada de empréstimos de grandes proprietários para a

12 Para o estudo dos casos francês e belga na unificação do sistema bancário, ver KINDLEBERGER (2000). Para a reestruturação do sistema bancário britânico, KINDLEBERGER (1985), pp.91-94. Por fim, para as variações no estoque de títulos brasileiros, VILLELLA (1999) e PELÁEZ & SUZIGAN (1981)

ampliação de suas propriedades¹³. Diante desta demanda crescente por crédito, o sistema bancário, que operava já em seu limite de empréstimos em relação aos seus encaixes, é forçado a aumentar o limite de emissões. Já em 1854, o Banco do Brasil solicita licença para elevar a capacidade emissora ao triplo de seu acervo em moedas metálicas¹⁴.

Tal fato não exime, porém, a verificação de um incremento das importações, tanto em bens de capital – para as obras de infra-estrutura – quanto em bens de luxo, para o consumo dos estratos mais abastados da sociedade. O consumo de tais bens representava, é válido afirmar, uma espécie de ‘dreno’ de recursos, para fora da rede bancária nacional, em detrimento de um processo de acumulação interna de recursos.

A proibição do tráfico negroiro a partir de 1850, porém, trouxe consigo um movimento de progressiva escassez de oferta de mão-de-obra escrava; com o aumento dos preços dos escravos que se estabelecia no período, estudavam-se medidas de caráter atenuador, através do estímulo à formação de correntes migratórias. A princípio, cogitou-se a entrada de chineses, cuja eficácia havia sido comprovada em outros territórios. Seria, porém, apenas nas décadas seguintes que o movimento de migração, baseada na mão-de-obra europeia, apresentaria um incremento significativo¹⁵.

2.1. Conjunturas especulativas e a Crise de 1857

13 A título de ilustração, temos as quantidades exportadas dos principais gêneros, em toneladas. Café: 129.000; Açúcar, 127.000; Fumo, 7.000; Mate, 6.000; Borracha, 5.000; Cacau, 4.000 (MONT'ALEGRE (1972), p.127).

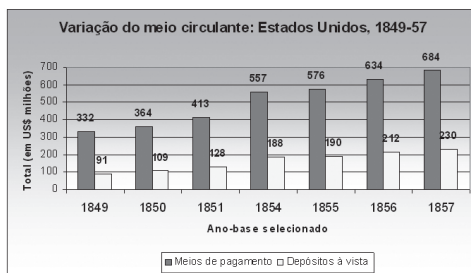
14 ‘Foi nesse anno que elle [Carneiro Leão] autorizou a inflação monetária, a elevação ao triplo do seu fundo disponível das emissões do Banco do Brasil, para evitar a queda do cambio e a suspensão dos pagamentos em ouro’. CARVALHO (1927), p.513.

15 Idem, p.139. Não pode, porém, descartar a existência do tráfico de escravos com natureza interprovincial, que, até certo ponto, manteve o abastecimento dos complexos econômicos do centro-sul a partir do remanejamento de cativos das regiões setentrionais do Império; tal discussão está melhor sintetizada em TROVÃO e ALMEIDA (2008).

A partir dos anos 1849/1850, registra-se descobertas de jazidas auríferas nos Estados Unidos e na Austrália. Essa nova ‘febre do ouro’ propiciou uma entrada maciça do referido metal nos espaços econômicos europeus, incentivando o mercado financeiro e aumentando a dinâmica especulativa, que se concentrava na compra de participações acionárias em companhias de origem diversa, em que se incluíam também as de natureza mineradora.

Mais que isso, o surgimento de novos estabelecimentos bancários contribuiu, igualmente, para o aumento das emissões de papel moeda, que em 1857 foram responsáveis pelo aumento da razão entre papel-moeda em poder do público e moeda metálica em poder do público, que passou de 6 para 1 (1837), ao patamar de 8 para 1 em 1857.

Fazendo referência, ainda, à dimensão do meio circulante, o Gráfico 03 faz alusão à variação dos meios de pagamento dos bancos, paripassu ao aumento de seus depósitos:



Fonte: JUGLAR (1915), p.82.

Durante a década de 1850, este movimento especulativo revelou-se bastante intenso nas praças dos Estados Unidos e na Europa, porém concentrou-se significativamente sobre os papéis de companhias norte-americanas: para uma economia em expansão de sua infra-estrutura interna, tem-se que grandes obras e joint-ventures entre os setores público e privado, corporificadas nas estradas de ferro que marchavam,

em ritmo célere, às jazidas dos territórios do Oeste, representariam, de forma emblemática, as pontas-de-lança do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos (MOORE, 1975; BENSEL, 1990).

Contudo, como tais obras de infra-estrutura redundavam, em boa parte, em um aumento dos volumes importados, as reservas norte-americanas em ouro reduziam-se drasticamente; o sistema financeiro norte-americano, já fragilizado, sofrerá seu primeiro golpe mais intenso em Agosto de 1857, com a falência da Ohio Life & Trust Company, cujos ativos, aplicados sobre títulos de companhias ferroviárias, eram superiores a cinco milhões de dólares (em valores da época). A falência desta companhia, considerada sólida até poucos dias antes de sua quebra, é a primeira de uma série de falências de bancos da Costa Leste dos Estados Unidos, e que se prolongaria até 1858.

Para o caso europeu, observam-se diferentes fenômenos que engendraram a aceleração da especulação e posterior crise do sistema financeiro. No início da década de 1850, a Europa (e principalmente a Grã-Bretanha) passava por um período de prosperidade por conta do reaquecimento do sistema produtivo após o fim do conflito entre a Prússia e a Áustria no biênio 1851-52, bem como pelo recebimento de juros e dividendos do boom de empréstimos da década de 1840¹⁶.

Contudo, registram-se diferentes dinâmicas entre as diversas praças européias, no que alude ao alvo primário da especulação: Na França e na Inglaterra, aplicaram-se grandes quantias de capital em companhias de construção de ferrovias e na compra e manutenção de estoques reguladores de commodities, tais como trigo (para a Inglaterra) e café (no caso francês). Já no caso

16 A respeito da onda de empréstimos, notoriamente de origem britânica na década de 1840, ver maiores referências em PETTIS (2001).

da Alemanha, o foco se deslocou para o sistema bancário, em especial na praça de Hamburgo: criaram-se novos bancos de emissão e redesconto de títulos; na Escandinávia, por fim, os agentes investidores demandaram as companhias de construção de navios de guerra.

Colocadas, portanto, as nuances na esfera especulativa, que permeiam a Crise de 1857, que consiste em um momento capital deste trabalho, levando-se em conta principalmente os principais mecanismos de especulação no contexto do padrão-ouro, caberá verificar o modo como tais mecanismos se reproduziram no Brasil, e como as autoridades monetárias – imbuídas, eventualmente, de posturas diferenciadas a respeito da condução da política de emissão do meio circulante – reagiram a tais conjunturas de instabilidade.

No referido ano, ocorre uma troca de lideranças no Conselho de Ministros; na pasta da Fazenda, ocupa sua liderança Bernardo de Sousa Franco, futuro Visconde de Sousa Franco. Membro, inclusive, do Partido Liberal, sua postura, como se verá, contrariará a lógica implementada pelos diferentes gabinetes conservadores, à medida que prioriza o aumento do meio circulante, com a liberação da emissão de moeda aos bancos espalhados pelo território, a fim de atender às crescentes exigibilidades de reprodução dos complexos econômicos¹⁷. O próprio Sousa Franco, em estudo publicado anos antes, faz menção a esta questão:

Decidi-me a publicar este pequeno opúsculo pela consideração de que em um país novo e falto de capitais como o Brasil, é-lhe

17 A respeito de Sousa Franco, refere-se Austríliano de Carvalho: 'Figura primacial do ministério, já era senador pelo Pará, na vaga de José Clemente. Era um chefe liberal, instruído e de grande talento, adestrado na administração, cujos assumptos discutia com proficiência. (...) Mameluco, de mediana estatura e craneo desenvolvido, foi um perseverante, enérgico, dogmático, bravo no ataque e na defesa e sectário da liberdade de credito, da pluralidade da emissão, em contraposição a Itaborahy, o mentor financeiro do ultimo ministério'. CARVALHO (1927), p.520.

serviço importantíssimo procurar desenvolver seus trabalhos e lançar mão das instituições de crédito como o mais poderoso meio de aproveitar os capitais desempregados, pô-los a serviço da indústria, e como que os duplicara em seu benefício. (GREMAUD, 1997, 89)

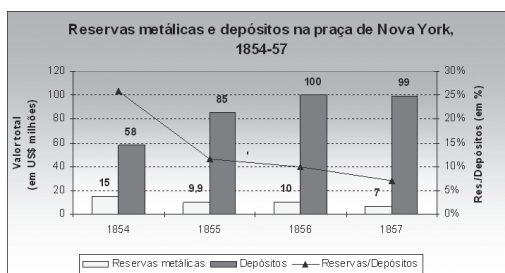
Um debate é percebido em torno do fator desencadeador da crise de 1857. Charles Kindleberger, a título de exemplo, manifesta uma clara posição ao afirmar que o movimento se iniciou com a falência da companhia de seguros Ohio Life & Trust Company, em 24 de Agosto do referido ano. Este fenômeno teria sinalizado aos credores e investidores que a bolha especulativa, ‘ancorada’ sobre companhias e movimentação de ações, estaria entrando em colapso. (KINDLEBERGER, 2000)

Tomados pelos conhecidos (e mesmo tradicionais) mecanismos de incerteza quanto à solvência das casas bancárias, comuns a momentos de instabilidade que se sucedem a booms de oferta de ativos financeiros, estes agentes recorreram aos bancos a fim de liquidar suas posições de caráter especulativo e retornar a aplicações de corte conservador. Os bancos, porém, fortemente alavancados por conta dos créditos concedidos com relativa facilidade nos anos anteriores, não conseguem fazer frente à demanda por saques e passam, progressivamente, a entrar em processo de falência.

Em decorrência deste primeiro movimento nos Estados Unidos, registram-se corridas bancárias neste país e também na Europa, com vistas à troca das notas e títulos bancários, além das participações acionárias, por moeda corrente. Na Grã-Bretanha, que ainda então era a praça central do sistema monetário, o Banco da Inglaterra reajusta suas taxas de juro, elevando-as a 10%, a fim de reduzir o volume de saques e evitar a descapitalização completa (CARVALHO,

1927, 523).

A alta dos juros afetará todo o sistema monetário europeu, conquanto outros Bancos Centrais passam a elevar suas taxas de desconto a fim de evitar perdas maciças de recursos através do esgotamento da conta capital. É importante frisar, neste sentido, que os bancos estadunidenses, contribuindo para a aceleração do ‘pânico’, operavam com níveis baixos de reservas, conforme se pode depreender através do Gráfico 04:



Fonte: JÚGLAR (1989), p. 87.

Uma segunda abordagem para a eclosão da crise posterior, segundo Kindleberger¹⁸, residiria sobre o setor agrícola. A Guerra da Crimeia, ocorrida entre 1853 e 1856, retirou do mercado todo o suprimento de produtos agrícolas russos, notoriamente o trigo. Neste sentido, os produtores rurais europeus – notoriamente os ingleses, após a revogação das Leis dos Grãos em 1846¹⁹ – passaram por uma pequena Golden Age que lhes permitiu centralizar capital e aplicá-lo em investimentos (ou especulações) sobre terras públicas e outros bens estatais, além de outras aplicações de altas rentabilidades e risco.

18 Além de KINDLEBERGER (2000), a discussão é proposta por HILL (1985)

19 As leis dos grãos, promulgadas em 1815, via de regra, configuravam-se em medidas de forte caráter protecionista, como forma de criar reservas de mercado para os produtos agrícolas ingleses: As chamadas corn laws proibiam a importação de alimentos da Europa Continental. Foram duramente criticadas por David Ricardo, que argumentava que tais leis, conquanto protecionistas, não obstante favorecerem a elevação dos preços dos alimentos no mercado interno (dada a ausência de concorrência), possuíam também o efeito de concentrar a renda nos setores ditos ‘atrasados’, controlados pela nobreza rural. Foram revogadas durante o mandato de Robert Peel como primeiro-ministro, em 1846.

Com o fim do conflito, aliado a safras recordes para o período, e o progressivo retorno do trigo russo ao mercado, estes produtores param de perceber os ganhos extraordinários anteriormente verificados; por terem aplicado seus fundos em projetos de risco elevado, sua descapitalização será uma consequência clara (HILL, 1985, 98; PRADO, 1991, 241).

No verão de 1857, os primeiros rumores da crise na América chegaram à Europa, com algumas semanas de atraso. Em meio ao pânico e à corrida bancária que se estabeleceram, o Banco da Inglaterra eleva suas taxas de juros; mas suspende, por outro lado, o Peel Act de 1844, que fixava a conversibilidade total da libra em ouro; dá-se espaço para a emissão de natureza fiduciária.

Será na Alemanha, porém, que se registrarão os maiores efeitos. De fato, o sistema bancário vinha operando com baixos níveis de reservas a fim de sustentar os empréstimos para a região da Escandinávia e mesmo para a Rússia, dado o fim iminente da Guerra da Criméia. Para escapar da primeira onda de pânico, os bancos alemães, liderados pela praça de Hamburgo, formam uma liga a fim de garantir a manutenção das operações de redesconto (21 de Novembro de 1857).

Contudo, isto não seria o fim. Até o final de 1858, 145 casas bancárias européias encerraram suas atividades. Em distantes colônias, como no caso da Índia, a crise foi sentida por mecanismos de transmissão de preços a produtos de exportação, como gêneros agrícolas. As consequências desta instabilidade resultaram em desemprego e baixas taxas de crescimento no biênio 1857-58. Será sobre o Brasil, porém, que esta crise se abaterá de forma mais significativa, por conta da limitação de seus estoques em moeda metálica para manter a funcionalidade do

sistema.

2.2. Efeitos da Crise sobre o Brasil

A 3 de Novembro, através do vapor Conrab, os rumores da instabilidade nos Estados Unidos chegaram ao Brasil, dando conta de que os bancos de Nova York haviam suspenso seus pagamentos (PRADO, 1991, 243)²⁰. Diante deste cenário, os credores europeus e dos Estados Unidos aqui residentes passaram a pressionar o Tesouro Nacional – e seu operador, na qualidade de emissor da moeda de curso forçado, o Banco do Brasil – a liquidar seus débitos, gerando fuga de moeda metálica e, mais do que isso, gerando embarque de mercadorias, em momentos nos quais o estoque de ouro era insuficiente para honrar as dívidas.

O rápido desdobramento dos eventos é algo a ser considerado: frente às insistentes demandas dos credores internacionais, o estoque de ativos monetários do Império passava a perder reservas, dada a contínua drenagem de recursos com o intuito de evitar grandes desvalorizações cambiais (que não tardariam a ocorrer).

Como a colocação de títulos e venda de ativos imóveis, para obtenção de divisas, era uma atividade lenta e permeada de riscos, o governo apelará para a atitude mais dolorosa: suspendeu a conversibilidade entre notas do Tesouro e moedas metálicas, a 11 de Novembro. O comércio externo, por sua vez, entra em processo de estagnação, uma vez que os vendedores europeus passam a exigir pagamentos à vista para a cessão de seus produtos, desaparecendo o sistema de compra por consignação (VILELLA, 1999, 2-8).

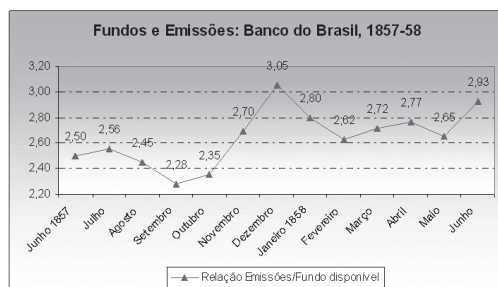
20 Há que se ter em conta que o Brasil só interligou-se de forma plena com os 'centros civilizados', como afirmava o Barão de Mauá, em 1874, com a inauguração do telégrafo por cabo submarino, por iniciativa do próprio Mauá. Antes desta data, eram os paquetes e navios diversos que traziam as notícias de outras regiões do globo. Eram, em verdade, os 'paquetes', navios de linhas regulares entre o Brasil e os demais centros, que traziam as principais notícias do que estaria acontecendo nas praças internacionais.

A 13 de Novembro, outros navios que haviam acabado de aportar trouxeram as notícias do aumento dos juros na Inglaterra. Frente a este cenário, observam-se novas corridas bancárias, com o intuito de resgatar os títulos por ouro; o Banco do Brasil corria sérios riscos de ficar sem cobertura de fundos para fazer frente às operações quotidianas, dado o possível embarque maciço de ouro para a Inglaterra.

Mesmo após a suspensão da conversibilidade, a fuga de capitais prosseguia: os embarques de ouro para a Inglaterra, e a conseqüente desmonetização da economia nacional, foram freqüentes durante o período. O próprio Banco do Brasil teve seus estoques, medidos em torno do montante de fundos disponíveis, bastante reduzido:

O Banco do Brasil, sendo nesta praça o único reservatório de capital monetário para a satisfação do comércio exterior, devia ser o primeiro a sofrer os resultados daqueles acontecimentos. O seu fundo disponível foi seriamente ameaçado e, de fato, dentro de dez meses, este fundo sofrera o desfalque de 4.714:123\$847, desfalque que prometia aumentar rapidamente pelos pagamentos forçados de recâmbios e pedidos de remessa por parte de credores nas praças em crise.²¹

O Gráfico 05 ilustra esta tendência:



²¹ Relatório do Banco do Brasil de 1858, citado por MONT'ALEGRE (1972), pp.147-8.

3.O saneamento do sistema: a política macroeconômica pós- crise de 1857

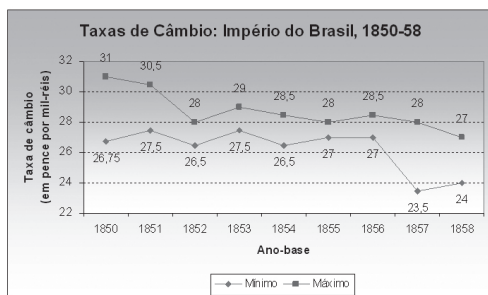
Diante deste cenário de crescente incerteza a respeito das finanças públicas do Império, bem como sobre a solvência seus estabelecimentos bancários, os agentes passaram a recorrer ao setor privado para a obtenção de créditos. As casas mais visadas – A.J.Alves Souto e Cia, e Mauá, McGregor e Cia – sobreviveram à primeira onda de crise, mas principalmente por conta do tratamento concessivo do Banco do Brasil, que suplementou suas dotações em moeda metálica e negociou acordos para a obtenção de créditos externos, notoriamente britânicos – a saber, Rothschild & Sons, no montante de £600.000 – agindo como um Emprestador de Última Instância. A orientação do governo era clara, neste sentido: deter a marcha da desvalorização cambial e evitar a fuga de capitais e a conseqüente desmonetização da economia nacional.

Este empréstimo se aloca no eixo de negociações entre o Banco do Brasil e importantes casas bancárias européias, possíveis graças ao aval do Império Brasileiro para a cessão de créditos aos bancos nacionais. A princípio, em 1 de Dezembro de 1857, o Governo forneceu aval para a tomada de um empréstimo de £340.000, ou 3.000 contos de réis (o que equivalia a 27,63% do fundo disponível do Banco no período).

Não obstante, em 4 de Dezembro, as autoridades monetárias, julgando que este montante seria insuficiente para reestabilizar as atividades do sistema financeiro nacional, pressionaram o Governo a fim de que este cedesse um aval para um empréstimo no valor de £600.000. Por fim, à medida que os dias passavam e mais notícias chegavam ao país a respeito do pânico instalado nas praças européias e norte-americanas, o mil-réis continuava a desvalorizar-se, chegando

ao valor de 23,5 pence em 31 de dezembro, o mais baixo do ano conforme será possível verificar a partir dos dados do Gráfico 06, na página seguinte.

A respeito destes mesmos dados, é interessante perceber que o spread das taxas máxima e mínima no Império é relativamente pequena entre os anos de 1852 e 1856, ocupados, em grande parte, pelo Gabinete Paraná; o processo de ajuste do câmbio após o ano de 1846, associado ao enxugamento das moedas falsas em circulação, bem como à relativamente pouca presença de estabelecimentos bancários com a capacidade de emissão, certamente terá contribuído de maneira significativa para a estabilização do câmbio nos anos subseqüentes²².



Fonte: MARANHÃO (org.), 1983, p.296.

A conjuntura de instabilidade começou a ser revertida apenas em meados de 1858. Neste momento a casa bancária Mauá, McGregor & Cia., convencida da possibilidade de restauração da paridade-ouro do mil-réis, lança com apoio do Banco do Brasil algumas letras de câmbio na praça de Londres, com valor inicial de £400.000,

22 A respeito da circulação de moedas falsas e o aumento da fiscalização do governo sobre esta situação, faz referência o escritor José de Alencar, em tom de sátira: 'O crime de moeda falsa é um dos mais severamente punidos em todos os países, porque ameaça a fortuna do Estado e a dos particulares. Entretanto não acho razão no legislador em ter punido unicamente o falsificador de moeda, deixando impunes muitos outros falsificadores bem perigosos para a nossa felicidade e bem-estar. Todos os dias lemos nos jornais anúncios de dentistas, de cabeleiros e de modistas, que apregoam postigos de todas as qualidades, sem que a Lei se inquiete com semelhantes coisas. (...) Um homem qualquer que nos dá a descontar uma letra de uns miseráveis cem mil réis, falsificada por ele, é condenado a uma porção de anos de cadeia. Entretanto aqueles que falsificam uma mulher, e que desgraçam uma existência, enriquecem e riem-se à nossa custa.' ALENCAR (1955?), pp.90-91.

em Março, atingindo um total de £810.000 até Junho. Neste mesmo mês, os níveis de comércio foram restabelecidos na praça londrina, e o sistema bancário norte-americano já havia conseguido absorver as perdas decorrentes da quebra de bancos e companhias de crédito (CALÓGERAS, 1960, 111).

No Brasil, acertaram-se os últimos detalhes, em Junho, para a tomada de um empréstimo de £1,4 milhão, para o prosseguimento das obras da Estrada de Ferro D. Pedro II. Por fim, a colheita de 1858, que elevou os preços do café no mercado internacional, também elevou a demanda por moeda internamente, o que possibilitou uma apreciação da mesma: em Agosto, a taxa de câmbio havia subido para 26,55 pence para cada mil-réis, nível bastante próximo ao acordado na Lei nº. 401, de Setembro de 1846.

Contudo, o esforço para a revalorização do câmbio não pararia por aí: a 12 de Dezembro de 1858, um novo Gabinete foi formado, tendo Salles Torres Homem, Visconde de Inhomirim, como Ministro da Fazenda. Sua concepção de política monetária era, pode-se afirmar, diametralmente oposta à de Sousa Franco.

Em um corte nitidamente metalista, Torres-Homem afirmaria, bem como já o fizera em momentos anteriores²³ que o aumento do estoque de papel-moeda, praticado ao longo dos anos e acentuado durante a crise de 1857, era o agente causador dos aumentos no nível de preços, da desvalorização da taxa de câmbio e descenso dos salários, além de 'travar' o desenvolvimento industrial²⁴.

23 'Na sessão de 58, Torres-Homem investiu contra Sousa Franco, oppondo a unidade da emissão à pluralidade deste, a quem censurou a incoherencia da liberdade ampla que defendia com a liberdade restrita que adotara, com um regimen de autorização'. CARVALHO (1927), p.523.

24 'Deplorava Sousa Franco que a crise commercial que se declarou em 57 não desse logar a fazer resaltar a efficacia da medida que tomou [o aumento das emissões e a descentralização da capacidade emissora do Banco do Brasil], sendo uma inverdade a insufficiencia que se allega, tanto mais quanto era uma realidade a solidez dos novos bancos, cuja emissão não poderia exceder o capital realizado e effectivo,

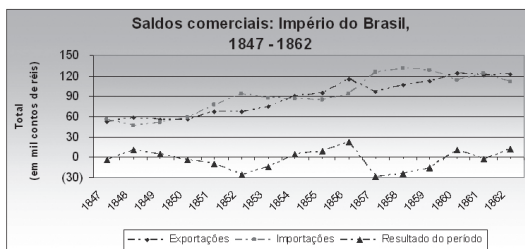
No afã de incentivar a formação de um estoque de moeda metálica compatível com as emissões bancárias, Torres Homem suspendeu, como primeira medida, a autorização recebida pelo Banco do Brasil, a 5 de fevereiro de 1856, para a circulação de notas bancárias com volume três vezes superior ao de reservas, já descrita no tópico anterior.

Ainda que tal medida permitisse que o limite de emissões fosse ao dobro do fundo disponível, já se trata de uma primeira forma de combater a dinâmica especulativa e a emissão sem lastro. A partir do órgão governamental, ainda, as medidas de contração da base monetária deveriam atingir todos os outros bancos privados, dado que também lhes foi retirada a capacidade de livre emissão (CARVALHO, 1927, 529).

Como fechamento ao tópico, no que alude à evolução da economia brasileira no período, é possível verificar que, na órbita do comércio exterior, os impactos da aceleração do comércio de importação e da Crise de 1857 são significativos, conforme pode-se depreender a partir do Gráfico 07, na página seguinte.

De fato, houve um aumento de 103% no volume das exportações durante o período compreendido entre 1847 e 1858, ao passo que as importações aumentaram em 134% neste mesmo período. Mais que isto, há uma queda de 7,2% no valor total das exportações entre 1856 e 1858, frente a um aumento de 28,8% das importações no mesmo período. A análise desta situação torna possível verificar que a Crise de 1857, embora tenha uma origem clara no sistema financeiro – sobretudo se consideramos a quebra da seguradora Ohio Life & Trust como desencadeadora do

Pânico – traz implicações relativamente severas sobre a dimensão macroeconômica, sobretudo sobre o comércio exterior.



Fonte: www.ipeadata.gov.br, vários anos; elaboração própria.

4. Considerações finais

A princípio, há que ressaltar – como recuperação das reflexões realizadas no primeiro tópico – a especificidade do padrão-ouro dentro do espaço econômico brasileiro. Configurado originalmente como mecanismo compensatório para transações entre países, uma vez que déficits em conta corrente em um país seriam compensados por superávits em outro país, gerando um jogo de soma zero onde a tendência de queda nos preços pudesse restabelecer o fluxo de ouro entre estas regiões, a implementação da conversibilidade do mil-réis em moeda metálica e a possibilidade de fixação das taxas de câmbio gerou quatro movimentos distintos.

Em primeiro lugar, em função da adesão da economia brasileira a um regime de taxas de câmbio fixas a partir de 1846, o padrão-ouro colocou o país na rota dos fluxos de capital entre países através do financiamento a projetos de investimento em dimensão interna (COTTRELL, 1975; PETTIS, 2001). Como consequência, um segundo ponto reside na aceleração da atividade especulativa, passível de exemplificação através do surgimento de grande número de companhias de investimento (principalmente em estradas de ferro e navegação – considerando o fato, deve-se dizer, de que em diversas situações os pro-

garantido por títulos acreditados'. CARVALHO (1927), p.522. Em Pires do Rio, ainda, está a citação de Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí: 'Se convém edificar nosso sistema monetário sobre papel inconvertível, então seja o governo que o fabrique; não se dê a associações particulares o direito de se locupletarem à custa dos sofrimentos do povo'. Citado por PIRES DO RIO (1922), p.111.

jetos de investimento não foram devidamente concretizados²⁵).

Em terceiro lugar, permitiu à elite nacional assimilar os padrões de consumo externos, por conta do estabelecimento da conversão da moeda nacional e da significativa geração de divisas decorrente do aumento das exportações: deu-se, neste sentido, fomento à importação de bens de consumo, e estímulo às atividades urbanas em torno da Corte, o que se verifica pelo aumento das importações que se verificou ao longo da década de 1850²⁶.

Por fim, sinalizou o início do estabelecimento de um sistema bancário, concentrado regionalmente e focado na emissão de notas bancárias desprovidas de lastro, em desacordo com as regras do jogo em relação ao mecanismo da paridade-ouro; da mesma forma, considerando-se que o sistema ainda possuía uma natureza bastante seminal, não há mecanismos de coordenação entre os diversos estabelecimentos, o que faz com que instrumentos de articulação de recursos entre bancos, como cheques e ordens de pagamento, sejam pouco utilizados, situação esta que engendra, em diversas ocasiões, o ‘vazamento’ de recursos destes bancos, que tinham suas reservas drenadas por resgates destinados ao comércio de importação.

A dinâmica do Padrão-Ouro, ainda, no que diz respeito à relação entre países ‘centrais’ e periféricos, torna possível a propagação de pânico e corridas bancárias para todo o sistema, desde que a crise tenha início em uma praça rele-

vante – como no caso dos Estados Unidos.

Em 1857, este movimento foi válido: a concordata da Ohio Life & Trust deu início ao movimento de pânico nas praças de Ohio e Nova York, atingindo, meses depois, a Europa (em especial a Alemanha, cuja praça de Hamburgo havia investido pesadamente em companhias ferroviárias e de construção naval na Suécia e Noruega) e a América Latina, em especial o Brasil: nota-se que esta crise é a primeira de alcance verdadeiramente mundial, conquanto pertencente a uma conjuntura de implementação da conversibilidade entre as moedas nacionais e o ouro – seja de facto, como no caso dos EUA, ou de jure, para os casos do Brasil e da Inglaterra

No Brasil, por sua vez, esta crise foi a que primeiro atingiu seu incipiente sistema bancário. Uma vez que os efeitos da recessão de 1847 restringiram-se primordialmente aos Estados Unidos, e a constituição da paridade entre o ouro e o mil-réis ainda era bastante recente, não se sentiram de maneira significativa os efeitos dessa primeira oscilação de mercado.

A Crise de 1857, por sua vez, teve início em uma economia que operava sob condições adversas, principalmente no que diz respeito a seus passivos acumulados e à atividade especulativa, através do estabelecimento de companhias de crédito e financiamento às mais diversas atividades, tais como obras de infra-estrutura portuária, melhorias nos maiores centros urbanos (principalmente iluminação a gás e obras de pavimentação da malha viária) e ampliação da rede de ferrovias, que demandavam um volume bastante elevado de capitais, tal como abordamos no segundo tópico.

Esta situação fornece subsídios para que se compreenda, ainda, a despeito da melhoria do ambiente decisório com a fixação da taxa de

25 Em última análise, de fato, trabalhar o Padrão-Ouro como um mecanismo indutor de investimentos na economia brasileira do século XIX poderia consistir em uma ‘hipótese heróica’. Efetivamente, não há indícios suficientemente claros que forneçam sustentação a esta hipótese. Contudo, à medida que consideramos os presumidos efeitos da paridade cambial, e do estabelecimento de ‘regras do jogo’ para a convivência entre a moeda nacional e o sistema financeiro, é possível ter em conta que a vigência do Padrão-Ouro representa um instrumento de auxílio nas tomadas de decisão dos investidores privados e institucionais do período.

26 Para maiores detalhes a respeito da vida cultural no Rio de Janeiro em meados do século XIX, ver SCHWARCZ (1999).

câmbio, conforme o receituário do padrão-ouro, a significativa falta de regulamentação que ainda era capaz de afetar as instituições financeiras no âmbito do Segundo Império.

Realizamos aqui, portanto, uma última ponte, trazendo novamente à baila as perguntas delimitadas na parte introdutória deste trabalho, e que permearam a sua realização: Em verdade, colocando sob forma de síntese as discussões que procuramos realizar ao longo desta dissertação a respeito da primeira hipótese, relacionada aos limites do Partido Conservador na gestão da política macroeconômica, tem-se que não é de todo lícito imputar às autoridades monetárias, ou seja, aos gestores do Ministério da Fazenda (considerando a inexistência de um equivalente ao Banco Central) a responsabilidade pelas conjunturas de instabilidade que se verificaram no período em análise.

Mais que atribuir títulos de metalistas ou papelistas – em função de suas posturas mais ou menos restritivas quanto à liberdade de emissão do Estado – aos ministros da Fazenda e suas gestões – Carneiro Leão, Sousa Franco, Torres-

Homem, entre outros – é importante realizar uma reflexão mais ampla: por trás das posturas aparentemente discricionárias, porque ‘emissionistas’, ou draconianas, porque restritivas, realmente permeava a ação daqueles estadistas, em geral membros influentes do analisado Partido Conservador, uma preocupação maior, qual seja, a da construção e afirmação do novel Estado Nacional.

O que realmente perpassa todas as medidas de política econômica do período é, seguramente, a necessidade de um equilíbrio entre corresponder às demandas sempre crescentes das províncias (modelo privilegiado por Sousa Franco) e controlar a sua capacidade de livre emissão (de acordo com os conservadores). Os diferentes gestores das finanças do governo atuavam, portanto, acomodando estes distintos interesses. Todavia, durante o período analisado este esforço de acomodação não perdeu, de modo algum, a orientação principal, qual seja, o interesse estratégico de longo prazo, que residia na construção – de maneira centralizada – do Estado brasileiro no século XIX.

Bibliografia

ALENCAR, José de. Ao correr da pena. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, [1955?].

ALMEIDA, José Tadeu de. Transição política e política econômica no Brasil - Império: 1853-1862. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954). Tese – (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BENSEL, Richard Franklin. Yankee Leviathan: The origins of Central State Authority in America, 1859-1877. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BORDO, Michael; SCHWARTZ, Anna. A retrospective on the Classical Gold Standard, 1821-1931. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

CALÓGERAS, João Pandiá. A política monetária do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARVALHO, Austriciano de. Brasil Colônia e Brasil Império. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1927.

EICHENGREEN, Barry J. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FERNANDES, Suzana Cristina. Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira. Dissertação – (mestrado em História Econômica) – Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

GREMAUD, Amaury Patrick. Das controvérsias teorias à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930). Tese – (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

HAWTREY, R.G. The Gold standard in theory and practice. Londres: Longmans, Green & co., 1947.

HEPBURN, A. Barton. A history of currency in the United States (with a brief description of the currency systems of all commercial nations). New York: The Macmillan Company, 1915.

HILL, Charles Peter. British economic and social history, 1700-1982. Londres: Edward Arnold, 1985.

HUGON, Paul. A moeda: introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1978.

JUGLAR, Clément. A brief history of panics and their periodical occurrence in the United States. Nova York: G.P. Putnam's Sons, 1989.

KINDLEBERGER, Charles P. Keynesianism vs. monetarism and other essays in financial history. Londres: George Allen & Unwin, 1985.

_____. Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. Os negócios no Rio de Janeiro: crédito, endividamento e acumulação (1844-1857). In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas, 2003, Caxambu. Resumo dos trabalhos. Caxambu: [s.n], 2003.

MILWARD, Alan; SAUL, S.B. The Economic Development of Continental Europe: 1780-1870. Londres: George Allen & Unwin, 1979.

MONT'ALEGRE, Omer. Capital & Capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

MOORE JUNIOR, Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos/Martins Fontes, 1975.

ÓNODY, Oliver. A inflação brasileira (1820-1958). Rio de Janeiro: [s.n], 1960.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PETTIS, Michael. The volatility machine: emerging economies and the threat of financial collapse. Oxford University press, 2001.

PIRES DO RIO, João. A moeda brasileira e seu perene caráter fiduciário. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.

PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme. Commercial capital, domestic market and manufacturing in imperial Brazil: The failure of brazilian economic development in the XIXth Century. Tese – (Doutorado em Economia) – University of London, Londres, 1991.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TORRES, João Camilo de Oliveira. A democracia coroada: Teoria política do Império do Brasil. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1964.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. Dinheiro no Brasil. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1987.

TROVÃO, Cassiano J.B. Marques; ALMEIDA, José Tadeu de. Dilemas da ruptura: notas sobre etnias e transição no mercado de trabalho da região de Campinas ao final do século XIX. In: Encontro de Estudos Populacionais, XVI, 2008, Caxambu. Resumo dos trabalhos. Caxambu: [s.n], 2008.

VIANA, Victor. O Banco do Brasil: Sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional. Rio de Janeiro: Typhographia do Jornal do Commercio, 1926.

VILLELA, André A. The political economy of money and banking in Imperial Brasil: 1850-1870. Tese – (Doutorado em Economia) – London School of Economics and Political Science, Londres, 1999.

_____. TEMPOS DIFÍCEIS: Reações às crises de 1857 e 1864 no Brasil. In III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, Curitiba. Resumo dos trabalhos. Curitiba: [s.n], 1999.

